

2006

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA**

ENTRE

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

E

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

e, na qualidade de Interveniente Fiadora

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

24 DE AGOSTO DE 2006

[Assinatura]



[Assinatura]

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1.200, 17º andar, Ala A1, inscrita no CNPJ sob o nº 06.981.180/0001-16, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”); e

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., nomeada nesta Escritura e nela interveniente, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”);

e, na qualidade de Interveniente Fiadora,

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG, sociedade de economia mista, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1200, inscrita no CNPJ sob o nº 17.155.730/0001-64, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “CEMIG”);

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei nº 10.848/04, as empresas do setor elétrico que atuam de forma verticalmente integrada, combinando operações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em uma única empresa operacional, como a CEMIG, deverão promover sua desverticalização, segregando suas operações de geração, transmissão e distribuição, em empresas distintas (a “Desverticalização”);

CONSIDERANDO que no âmbito do processo de Desverticalização da CEMIG, a Emissora foi constituída em 08 de setembro de 2004 como subsidiária integral da CEMIG, para exercer todas as atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica nos termos das concessões detidas pela CEMIG;

CONSIDERANDO que, em virtude da Desverticalização, as obrigações decorrentes das debêntures emitidas pela CEMIG nos termos da “Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie sem Garantia nem Preferência da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG”, celebrada em 14 de junho de 2004, conforme aditada (a “3ª Emissão da CEMIG”), foram integralmente alocadas na Emissora, conforme Instrumento Particular de Cessão de Direitos, celebrado entre a Emissora e a CEMIG, em 27 de dezembro de 2004 (o “Instrumento Particular de Cessão de Direitos”);

[Assinatura]



CONSIDERANDO que tal alocação será consolidada por meio de permuta obrigatória das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG pelas Debêntures da presente Emissão (a “Permuta Obrigatória”), com o conseqüente cancelamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, conforme previsto na Cláusula VII da Escritura da 3ª Emissão da CEMIG, sendo a Permuta Obrigatória de pleno conhecimento dos debenturistas da 3ª Emissão da CEMIG;

vêm, por esta, e na melhor forma de direito; celebrar a Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da CEMIG Distribuição S.A. (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base em deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 25 de janeiro de 2006, cuja ata foi retificada pela reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2006, e da CEMIG realizada em 25 de janeiro de 2006 (as “RCAs”).

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A presente emissão de debêntures (a “Emissão” ou a “Oferta” ou as “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata de Reunião do Conselho de Administração

As atas das RCAs que deliberaram sobre a Emissão, referidas no item 1.1 acima, serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG e seus respectivos extratos serão publicados nos jornais “Minas Gerais”, “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e “O Tempo”.

2.2. Arquivamento da Escritura

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”).

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A presente Emissão será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “ICVM 400”) e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.



2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A oferta pública das Debêntures será registrada na ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID") no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo sob o n.º 4890254.

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. - Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

3.2. - Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

3.3. - Montante da Emissão

O montante total da Emissão é de R\$250.503.517,80 (duzentos e cinquenta milhões, quinhentos e três mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta centavos), em série única, na Data de Emissão.

3.4. - Destinação dos Recursos

Em razão da Permuta Obrigatória, a Emissora não receberá quaisquer recursos desta Emissão, uma vez que as Debêntures serão integralizadas com as debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, conforme previsto na Cláusula 4.5.2. abaixo.

Por sua vez, os recursos provenientes da 3ª Emissão da CEMIG foram destinados à amortização das dívidas da CEMIG contraídas para realização de investimentos em distribuição de energia elétrica e que venceram no ano de 2004. Tendo em vista o disposto acima, a destinação de recursos obtidos por meio da 3ª Emissão da CEMIG, será mantida na sua forma original, conforme informações abaixo:



Usos - Pagamento das seguintes dívidas da CEMIG		
Descrição das Operações	Valor (R\$)	%
Contratos de Financiamento nº 1346/95 firmado em 3 de setembro de 1997, com a Eletrobrás, no valor total principal de até R\$38.630.000,00, e cujo vencimento final está previsto para 30 de dezembro de 2008. O principal é corrigido por correção monetária com base no índice FINEL, acrescido de juros de 6,5% ao ano. Os recursos foram destinados para a realização de obras relacionadas à área de distribuição de energia elétrica da Emissora.	1.639.656,04	0,71
Notas (9,125% Notes) emitidas pela CEMIG em 18 de novembro de 1996, no âmbito de seu programa no valor principal de US\$150.000.000,00. Sobre o principal incidiram juros à taxa de 9,125% ao ano. As obrigações provenientes destas notas foram liquidadas em 18 de novembro de 2004, devido ao seu vencimento final. Os recursos foram destinados para execução do programa de investimentos da Emissora.	42.151.000,00	18,29
Termo de Contrato firmado em 26 de junho de 1997, com a Siemens Ltda. e intervenção da Siemens Aktiengesellschaft e da Nativa Engenharia S.A., no valor total principal de R\$45.508.415,4. Adicionalmente, a Emissora emitiu seis notas promissórias de igual valor, com vencimento semestral, corrigidas pela variação cambial oficial do dólar norte-americano para a venda, acrescidos de juros de 9,97% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas em 30 de setembro de 2005, devido ao seu vencimento final. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas às linhas de distribuição (sub-transmissão) da Emissora.	11.974.000,00	5,20
Contratos de Financiamento nº 1981/00 firmado em 28 de junho de 2000, com a Eletrobrás, no valor total principal de R\$74.220.430,00, e cujo vencimento final está previsto para 30 de julho de 2012. O principal é corrigido por correção monetária com base no índice RGR, acrescido de juros de 5,0% ao ano. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas à área de distribuição de energia elétrica da Emissora.	1.658.988,00	0,72
Contratos de Financiamento nº 2001/00 firmado em 28 de junho de 2000, com a Eletrobrás, no valor total principal de até R\$90.075.540,00, e cujo vencimento final está previsto para 30 de julho de 2007. O principal é corrigido por correção monetária com base no índice RGR, acrescido de juros de 5,0% ao ano. Os recursos foram destinados para realização de obras relacionadas à área de distribuição de energia elétrica da Emissora.	6.318.320,00	2,74
Contrato de Empréstimo firmado em 9 de novembro de 2001, com o Banco do Brasil, Agência Madri e o Banco do Brasil S.A. – Agência Corporate, no valor total principal de US\$40 milhões. Sobre o principal incidiram juros de 10,375% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas em novembro de 2004, devido ao seu vencimento final. Os recursos foram utilizados para rolagem de dívidas da Emissora.	62.406.000,00	27,09

J



J

Contrato de Abertura de Crédito firmado em 23 de dezembro de 2003, com o Banco do Brasil S.A., no valor de R\$100 milhões. Sobre o saldo devedor incidiram sobre juros e comissão à taxa de 1,4% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas em 23 de dezembro de 2004, devido ao seu vencimento final. Os recursos foram destinados à compra de energia elétrica de Itaipu.	73.183.035,96	31,76
Contrato de Empréstimo Mediante Repasse de Recursos em Moeda Estrangeira firmado em 11 de março de 2004, com o Unibanco, no valor total principal de US\$14.032.141,11. Sobre o saldo devedor incidiram juros de 2,3% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas devido ao seu vencimento final. Os recursos foram utilizados para rolagem de dívidas da Emissora.	16.826.000,00	7,30
Contrato de Empréstimo Mediante Repasse de Recursos em Moeda Estrangeira firmado em 18 de março de 2004, com o Unibanco, no valor total principal de US\$11.991.598,28. Sobre o saldo devedor incidiram juros de 2,3% ao ano. As obrigações provenientes deste contrato foram liquidadas devido ao seu vencimento final. Os recursos foram utilizados para rolagem de dívidas da Emissora.	14.263.000,00	6,19
Total	230.420.000,00	100

3.5. - Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a colocação do Prospecto Definitivo da Oferta à disposição dos investidores e a publicação do Anúncio de Início, sendo que o prazo máximo para colocação das Debêntures será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação do Anúncio de Início.

3.5.2. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (a “CETIP”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (a “ANDIMA”) e por meio do Sistema BOVESPA FIX, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo e liquidadas e custodiado na CBLIC, sendo certo que a presente Emissão somente terá como público alvo os titulares das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, conforme previsto no item 4.5.2. abaixo.

3.5.3. O mecanismo de Permuta Obrigatória será efetivado conforme previsto na Cláusula VII da Escritura de Emissão da 3ª Emissão da CEMIG, sendo que a integralização das Debêntures será à vista, mediante dação em pagamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, e cada debênture da 3ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture desta Emissão.

f



7

3.6. - Registro da Negociação

3.6.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a “CBLC”).

3.6.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.

3.7. - Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (o “Banco Mandatário e Escriturador”). Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures o Relatório de Posição de Ativos, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. - Características Básicas

4.1.1. Valor da Emissão: O valor total da Emissão é de R\$250.503.517,80 (duzentos e cinquenta milhões, quinhentos e três mil, quinhentos e dezessete reais e oitenta centavos), na Data de Emissão.

4.1.2. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.871,6048 (dez mil, oitocentos e setenta e um reais e seis mil e quarenta e oito décimos de milésimos de centavos), na Data de Emissão.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em série única.

4.1.4. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 23.042 (vinte e três mil e quarenta e duas) Debêntures.

4.1.5. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data da Emissão será 1º de junho de 2006 (a “Data de Emissão”).

f



7

A

4.1.6. **Vencimento:** O prazo de vencimento das Debêntures desta Emissão é de 96 (noventa e seis) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final no primeiro dia útil de junho de 2014 (a “**Data de Vencimento**”). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida.

4.1.7. **Forma:** As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.8. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.9. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie sem garantia nem preferência (quirografária). As Debêntures da presente Emissão contam com Garantia Fidejussória da CEMIG nos termos da Cláusula 4.8. abaixo.

4.2. - Remuneração

As Debêntures desta Emissão farão jus à seguinte remuneração (a “**Remuneração**”):

4.2.1. Atualização

As Debêntures terão o seu valor nominal atualizado a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. Essa atualização será calculada de forma *pro rata temporis*, por dias úteis, segundo a seguinte fórmula (a “**Atualização das Debêntures**”):

$$VN_a = VN_e \times C$$

$$C = \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}$$

onde:

VNa é o valor nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
VNe é o valor nominal ou saldo do valor nominal calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
C é o fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
NI₀ é o valor do número-índice do mês anterior ao mês de início de atualização;
NI₁ é o valor do número-índice do mês de início de atualização;
NI₂ é o valor do número-índice do mês subsequente ao mês de início de atualização;
NI_n é o valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
NI_{n-1} é o valor do número-índice do mês anterior ao mês “n”;
dup é o número de dias úteis entre a data-base anterior e a data de atualização, sendo dup um número inteiro; e

[Assinatura]



[Assinatura]

dut é o número de dias úteis entre a data-base anterior e a próxima data-base, sendo *dut* um número inteiro.

Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures em questão.

Considera-se data de aniversário o dia da data correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

Considera-se data-base a data de aniversário em cada mês.

O número índice do IGPM deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGPM incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.2.1.1. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação do IGPM, será aplicado o último número índice do IGPM divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os detentores das Debêntures quando da divulgação posterior do IGPM que seria aplicável.

4.2.1.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação do IGPM por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGPM às Debêntures, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar Assembléia Geral de Debenturistas (observado o disposto na Cláusula VIII abaixo), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor da Atualização das Debêntures o último IGPM divulgado oficialmente, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido), até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

4.2.1.3. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios anterior, conforme o caso, utilizando-se o último IGPM divulgado oficialmente. O resgate ao qual se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

4.2.1.4. A Atualização das Debêntures será paga pela Emissora juntamente com o Valor Nominal unitário das Debêntures, na respectiva Data de Vencimento.

f



9

f

4.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures

Incidirão sobre o Valor Nominal unitário acrescido da Atualização das Debêntures juros de 10,5% (dez vírgula cinco por cento) ao ano, calculados por dias úteis, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, a partir da Data de Emissão (os “Juros Remuneratórios”). O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (Fj - 1)$$

$$Fj = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

- J** é o valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNa** é o Valor Nominal unitário ou saldo do valor nominal atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- Fj** é o fator de juros calculado com 9 casas decimais com arredondamento;
- Taxa** igual a 10,5;
- N** igual a 252;
- n** é o número de dias úteis entre a data do próximo pagamento de juros e a data de pagamento de juros anterior, sendo “n” um número inteiro;
- DT** é o número de dias úteis entre a data do próximo pagamento de juros e a data de pagamento de juros anterior, sendo DT um número inteiro; e
- DP** é o número de dias úteis decorridos entre a data de pagamento de juros anterior e a data atual, sendo DP um número inteiro.”

4.2.2.1. Os Juros Remuneratórios deverão ser pagos pela Emissora anualmente, sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado 12 (doze) meses após a Data de Emissão, ou seja, no 1º dia útil de junho de 2007, e os demais pagamentos no 1º dia útil do mês de junho dos anos subsequente até a Data de Vencimento, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

4.3. - Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na Data de Emissão, era de R\$2.261.997.787,64 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

[Assinatura]



[Assinatura]

4.4.- Direito de Preferência

Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.5. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.5.1. Preço de Subscrição: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o item 4.2. acima.

4.5.2. Forma de Integralização: A integralização das Debêntures será à vista, mediante dação em pagamento das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, nos termos da Permuta Obrigatória, sendo que cada debênture da 3ª Emissão da CEMIG corresponderá a 1 (uma) Debênture desta Emissão.

4.5.2.1. Em razão da alocação à Emissora dos direitos e obrigações decorrentes das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, conforme previsto no Instrumento Particular de Cessão de Direitos, as debêntures da 3ª Emissão da CEMIG recebidas pela Emissora em integralização às Debêntures serão canceladas.

4.5.3. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures desta Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário e Escriturador da Emissão.

4.5.4. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.5.5. Amortização Programada: As Debêntures não serão objeto de amortização programada antes da respectiva data de vencimento.

4.5.6. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo e/ou Belo Horizonte, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

f



11

y

4.5.7. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto no item 5.2. abaixo, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso serão acrescidos da respectiva Remuneração aplicável às Debêntures, bem como ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.5.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios e/ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.6.- Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.7. - Resgate Antecipado Facultativo

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas ao resgate antecipado facultativo pela Emissora.

4.8. – Garantia Fidejussória - Fiança

4.8.1. As Debêntures da presente Emissão, e as obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, são garantidas por fiança, constituída neste ato, prestada pela interveniente fiadora, Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (a “Garantia Fidejussória”), qualificada no preâmbulo desta Escritura que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obriga na qualidade de devedora solidária e principal pagadora de todas as obrigações decorrentes desta Escritura, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (o “Código Civil”), e os artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o “Código de Processo Civil”) pelas obrigações assumidas na presente Escritura. A CEMIG declara e garante que (i) a prestação desta fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

4.8.2. A Fiança aqui referida é prestada pela CEMIG em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura.

[Assinatura]



12

[Assinatura]

4.8.3. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.9. - Comunicações

4.9.1. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional dos jornais "Minas Gerais", "Gazeta Mercantil – Edição Nacional" e "O Tempo", bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - INTERNET (<http://www.cemig.com.br>), exceção feita aos Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição, que apenas serão publicados na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil. Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor dos Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição constará da página da Emissora na rede internacional de computadores – INTERNET, no endereço acima referido.

4.9.2. Endereçamento

4.9.2.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora

CEMIG Distribuição S.A
Av. Barbacena nº 1.200, 17º andar, Ala A1
Belo Horizonte, MG
CEP: 30190-131
At.: Paulo Eduardo Pereira Guimarães
Telefone: (31) 3299-3016
Fac-símile: (31) 3299-3790
E-mail: peduardo@cemig.com.br

Para a CEMIG

Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Av. Barbacena, 1200, Belo Horizonte, MG
CEP: 30190-131
At. Paulo Eduardo Pereira Guimarães
Telefone: (31) 3299-3016
Fac-símile: (31) 3299-3790
E-mail: peduardo@cemig.com.br

Para o Agente Fiduciário

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Rua Sete de Setembro nº 99, 24º andar
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 20050-050
At. Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira
Telefone: (21) 2507-1949
Fac-símile: (21) 2507-1773
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

f



13

2

Para o Banco Mandatário e
Escriturador

Banco Itaú S.A.
Av. Engº Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar, São Paulo, SP
CEP: 04344-902
At. Luiz Loureiro
Telefone: (11) 5029-1905
Fac-símile: (11) 5029-1917
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

Para a CETIP

CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
CEP: 01009-000
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3115-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Para a CBLC

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC
Rua XV de Novembro, 275, São Paulo, SP
CEP: 01013-001
At. Charles Mann de Toledo
Telefone: (11) 3233-2720
Fac-símile: (11) 3233-2051
E-mail: ctoledo@bovespa.com.br

4.9.3.-As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

4.9.4.-A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

CLÁUSULA DA COMPRA OU RESGATE DOS TÍTULOS PELA EMISSORA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1.- Aquisição Antecipada

5.1.1. **Aquisição Antecipada Facultativa** - A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal acrescido da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

5.1.2. **Aquisição Antecipada Obrigatória** - A Emissora será obrigada a adquirir, caso haja mudança direta ou indireta de seu controle acionário, ou do controle acionário da CEMIG, as Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.2.2 abaixo, à opção dos

f



14

h

respectivos Debenturistas que não aceitem permanecer como Debenturistas da Emissora após a alteração de controle acionário. A oferta de compra será comunicada aos Debenturistas por meio de aviso específico publicado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da efetiva mudança do controle acionário, com prazo não inferior a 60 (sessenta) dias para a manifestação dos Debenturistas interessados, contado a partir da publicação do aviso e nos termos dos procedimentos descritos nesse aviso. A aquisição das Debêntures pela Emissora deverá ocorrer no 30º (trigésimo) dia contado do último dia de prazo para manifestação dos Debenturistas, pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, conforme disposto na cláusula 4.2. acima. Para efeito do disposto neste item, ocorrerá “mudança de controle acionário”: (i) caso a atual controladora direta da Emissora, a CEMIG, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora; (ii) caso o atual controlador indireto da Emissora, o Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da CEMIG; e (iii) caso o atual controlador da CEMIG, o Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Emissora.

5.2.- Vencimento Antecipado

Observados os itens 5.2.1, 5.2.1.1 e 5.2.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) requerimento de recuperação judicial e extrajudicial, pedido de falência formulada pela Emissora, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas;
- (b) extinção, liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora, da CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas;
- (c) falta de cumprimento, pela Emissora ou pela CEMIG, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures;
- (d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em razão de inadimplência contratual ou não;
- (e) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época;
- (f) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais

f



15

2

qualquer das controladas da CEMIG sejam parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida consolidada da CEMIG constante de suas últimas demonstrações financeiras à época;

- (g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, a CEMIG ou qualquer de suas controladas e coligadas, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (h) falta de cumprimento pela Emissora ou pela CEMIG, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (i) se a Emissora, a CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, segundo qualquer acordo ou contrato de qual ela seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e/ou
- (j) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, que impliquem redução do capital social da Emissora e/ou da CEMIG.

5.2.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (d) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.2.1.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (e) até (j) supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula VIII abaixo e o quorum específico estabelecido no item 5.2.2. abaixo.

5.2.2. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.2.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos encargos até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 5.2 supra, a menos que Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da Emissão optem por não

16

f



2

declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.2.2.1. Caso os Debenturistas da presente Emissão optem por não declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos do item 5.2.2 acima, as Debêntures detidas pelos Debenturistas que não concordaram com a respectiva deliberação deverão ser resgatadas pela Emissora: (i) no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da Assembléia de Debenturistas ou (ii) no mesmo prazo em que forem efetivamente resgatadas as debêntures emitidas nos termos da “Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, divida em Duas Séries da Espécie sem Garantia nem Preferência da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG” celebrada em 04 de outubro de 2001, conforme aditada, (a “1ª Emissão de Debêntures da CEMIG”) ou as debêntures que vierem a substituir referida dívida por motivo similar ao previsto para o resgate das Debêntures conforme estabelecido neste item 5.2.2.1, o que ocorrer primeiro. As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal unitário acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*.

CLÁUSULA VI. - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
- (b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (conforme alterada), nos prazos ali previstos e, dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (d) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembléia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e

f



17

M

do Conselho Fiscal;

- (e) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas, na mesma data em que forem publicados;
- (f) imediatamente, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- (g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa às Debêntures ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;
- (h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento;
- (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 5.2 acima, na maior brevidade possível, respeitado (i) o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que tomar ciência de sua ocorrência ou (ii) o mesmo prazo em que a CEMIG informar ao agente fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da CEMIG sobre a ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado relativas àquela emissão ou à emissão de debêntures que vier a substituí-la, o que ocorrer primeiro. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (a "ICVM 358"), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida ICVM 358, observado o prazo máximo aqui previsto.

6.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

6.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora.

6.1.4. Convocar, nos termos do item 7.1 desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça.

6.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.

f



18

M

6.1.6. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços à ~~exame por empresa de auditoria~~ independente registrada na CVM.

6.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

6.1.8. Manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

6.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

6.1.10. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento.

6.1.11. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

6.1.12. Não praticar quaisquer atos em desacordo com o Estatuto Social e a Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas.

6.1.13. Manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

6.1.14. Manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

6.1.15. Manter, conservar e preservar todos os seus bens (tangíveis e intangíveis), necessários ou úteis para a devida condução de suas atividades, em boa ordem e condição de funcionamento, excetuando-se pelo uso e desgaste normais.

6.1.16. Enquanto as Debêntures existirem, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data do presente, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam na data do presente, exceto quando e se exigidos pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo Poder Concedente.

6.1.17. Cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens.

6.1.18. Fazer com que a(s) respectiva(s) agência(s) de classificação de risco mantenha(m)



avaliação atualizada da presente oferta pública durante o prazo de vigência das Debêntures, fornecendo ao Agente Fiduciário cópia das reavaliações anuais de *rating* em até 5 (cinco) dias úteis após sua divulgação.

CLÁUSULA VII.-DA ASSEMBLÉIA-GERAL DOS DEBENTURISTAS

7.1.- Convocação

7.1.1. A Assembléia de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.1.2. As Assembléias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data de publicação do edital da segunda convocação.

7.1.3. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

7.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quora estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

7.2.- Quorum de Instalação

7.2.1. A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quora de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da Emissora, que forem de titularidade de empresas controladas (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

7.3.- Mesa Diretora

7.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Agente Fiduciário; (ii) ao Presidente do

f



20

2

Conselho de Administração da Emissora; ou (iii) ao Debenturista eleito pelos Debenturistas presentes.

7.4.- Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação; observado que alterações nas condições de Remuneração e/ou pagamento das Debêntures, previstas nos itens 4.2 e 4.5 acima, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando 90% das Debêntures em Circulação, observado o disposto no item 7.2.2 acima. A alteração das disposições de vencimento antecipado previstas no item 5.2 acima e a liberação da Emissora de obrigações previstas na Cláusula VI desta Escritura, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

7.4.2. A Emissora desde já se obriga a adquirir, tendo sido aprovadas as alterações das condições de Remuneração e/ou pagamento das Debêntures (conforme disposto no item 7.4.1 acima), as Debêntures em Circulação, à opção dos respectivos Debenturistas que não aceitarem as novas condições de Remuneração e/ou pagamento. Nesta hipótese, deverá ser observado o mesmo mecanismo de aquisição antecipada obrigatória previsto no item 5.1.2 supra.

CLÁUSULA VIII – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1.- Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário desta Emissão, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.1.2. A presente nomeação decorre do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação MS/AS 530-E60066 e reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, a ela integrando a proposta do Agente Fiduciário datada de 02 de agosto de 2006.

8.2.- Remuneração do Agente Fiduciário

8.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga em parcelas trimestrais de R\$6.132,00 (seis mil e cento e trinta e dois reais) cada uma, devidas no dia 10 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo que a primeira passará a ser devida após a data da concessão do registro da Oferta pela CVM.

8.2.2. A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências

f  *y*

não sanadas pela Emissora.

8.2.3. As parcelas referentes ao item 8.2.1. serão atualizadas, anualmente, a partir de 10 de agosto de 2006, até as datas de pagamento de cada parcela, calculada *pro rata temporis* se necessário, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, sendo a primeira atualização em 10 de agosto de 2007.

8.2.4. O Agente Fiduciário deverá arcar com todos os custos decorrentes de quaisquer impostos que venham a incidir sobre sua remuneração, inclusive, mas não se limitando, ao Imposto de Renda, ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e COFINS, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.2.5. A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

8.2.6. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral (exemplos: de edital de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, da própria Assembleia Geral de Debenturistas, de anúncio comunicando que o relatório anual do Agente Fiduciário se encontra à disposição); notificações; extração de certidões; viagens e estadias; despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário.

8.3.- Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu

[assinatura]



22

[assinatura]

substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

8.3.4. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita, nos termos do artigo 4º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores (a “Instrução CVM 28”), à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28.

8.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na Junta Comercial de Minas Gerais.

8.3.6. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

8.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 28, bem como a Lei das Sociedades por Ações.

8.4.- Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações, ou em ato normativo da CVM incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 28, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário e desde que de forma fundamentada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) examinar a alteração do estatuto da Emissora que objetive mudar o objeto da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da Lei das Sociedades por Ações, a alteração proposta;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 4.9.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (m.5) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta

[assinatura]



24

[assinatura]

Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

- (m.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento; e
- (m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (n) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "m" aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (n.1) na sede da Emissora;
 - (n.2) no seu escritório, localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99 – 24º andar;
 - (n.3) na CVM;
 - (n.4) nas Bolsas de Valores, na CBLC e/ou na CETIP quando e se for o caso;
 - (n.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures;
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "n" acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, ANDIMA, CBLC e CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- (r) em complemento ao disposto no item 6.1.1(i) acima, notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: à CVM, às Bolsas de Valores, à CBLC e/ou à CETIP, quando e se for o caso.

8.5. - Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e

[Assinatura]



25

[Assinatura]

da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) se aplicável, executar garantias aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “d” do item 8.5.1 supra se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembléia, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembléia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “e” do *caput* do item 8.5.1 acima.

8.6. - Despesas

8.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.6.2. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, imediatamente, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora, nos termos da Cláusula VIII, item 8.2.6 acima.

8.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia

[Assinatura]



[Assinatura]

prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA IX - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (c) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM Nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

[Assinatura]



[Assinatura]

SECRETARIA

- (g) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (h) estar ciente dos termos da Circular nº 1832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (i) ter verificado os limites desta Emissão, nos termos do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, e que esses limites foram atendidos pela Emissora;
- (j) a presente Escritura atende aos requisitos previstos na Cláusula 7.2.1. da escritura da 3ª Emissão da CEMIG; e
- (k) ter verificado que a Garantia Fidejussória é regular, suficiente e exequível.

9.2. A Emissora e a CEMIG, neste ato, declaram e garantem, conjunta e solidariamente, que:

- (a) são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações;
- (b) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastante para tanto;
- (c) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (d) os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e a CEMIG sejam parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora, a CEMIG, ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, a CEMIG, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora e da CEMIG, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (f) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, especialmente daquelas previstas na Cláusula VI acima;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora e da CEMIG, datadas de 31 de dezembro de 2005, representam corretamente a posição financeira da Emissora e da CEMIG nesta respectiva data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) a Emissora, a CEMIG e suas controladas e coligadas, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos

f



28

h

governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

- (i) obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, com relação a esta Emissão e à colocação pública das Debêntures;
- (j) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à esta Emissão;
- (k) a Emissora e a CEMIG obtiveram todas as autorizações e consentimentos necessários à efetiva implementação da Desverticalização;
- (l) nenhum evento de vencimento antecipado, conforme previsto no item 5.2 desta Escritura, está em curso;
- (m) a Emissora e a CEMIG estão adimplentes com todas as suas obrigações, pecuniárias ou não, perante terceiros, cuja inadimplência poderia de qualquer forma comprometer a implementação da Desverticalização;
- (n) as demais pessoas jurídicas resultantes do processo de Desverticalização da foram constituídas como subsidiárias integrais da CEMIG, na forma de sociedades por ações, devidamente existentes e organizadas de acordo com as leis do Brasil;
- (o) a Emissora foi constituída unicamente em razão da Desverticalização e estritamente de acordo com as regras aplicáveis ao processo de Desverticalização;
- (p) a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica foram transferidos pela CEMIG à Emissora, a qual passou a deter todos os direitos e obrigações relacionadas à tal atividade, incluindo, mas sem limitação, todos os contratos de compra de energia, todos os contratos de distribuição de energia a clientes, assim como todos os contratos com os consumidores atendidos pelo sistema de distribuição da CEMIG quando da transferência, de modo que, imediatamente após a transferência destes ativos, direitos e obrigações, a totalidade das receitas da CEMIG relacionadas à sua atividade de distribuição passou a ser auferida exclusivamente pela Emissora;
- (q) a Emissora possui, à sua disposição, os profissionais necessários para o desenvolvimento e exploração de sua atividade de distribuição de energia elétrica nos mesmos moldes e padrões anteriormente desenvolvidos pela CEMIG, e está desempenhando plenamente suas atividades de distribuição de energia;

[Assinatura]



29

[Assinatura]

- (r) a Emissora obteve (diretamente ou por cessão pela Emissora) todas as licenças, permissões e autorizações necessárias para o pleno desenvolvimento de suas atividades de distribuição de energia, incluindo, as concessões para distribuição de energia elétrica nas áreas originalmente atendidas pela atividade de distribuição de energia elétrica da CEMIG, com exceção, de cerca de oito municípios e localidades, presentemente atendidos pela Emissora, que ainda não foram regularizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica; e
- (s) o patrimônio líquido consolidado da CEMIG, logo após a Desverticalização, não era inferior ao patrimônio líquido consolidado da CEMIG, conforme as últimas informações financeiras da CEMIG encaminhadas à CVM anteriormente à implementação da Desverticalização.

9.2.1. A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretroatável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e as instituições intermediárias desta Emissão, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios arbitrados judicialmente) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelas instituições intermediárias da Emissão, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

9.2.2. Sem prejuízo do disposto no item 9.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA X-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Pagamento de Dividendos

Caso seja deliberado e efetivamente realizado o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, pela Emissora à CEMIG, e no momento dessa deliberação e/ou pagamento a Emissora estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures, os Debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as obrigações da Emissora decorrentes desta Emissão, aplicando-se o disposto nos itens 5.2.1.1 e seguintes desta Escritura. Purgada a mora, os Debenturistas não mais poderão declarar o vencimento antecipado das obrigações da Emissora decorrentes desta Emissão, na hipótese de a Emissora efetivar o pagamento, a seus acionistas, de valores a título de dividendos ou juros sobre capital próprio. O aqui disposto não se aplica ao pagamento dos dividendos obrigatórios, previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

10.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade



ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.3. Correção de Valores

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de assinatura desta Escritura, exceção feita à remuneração do Agente Fiduciário, que será atualizada conforme disposto na Cláusula VIII acima.

10.4. Custos de Registro

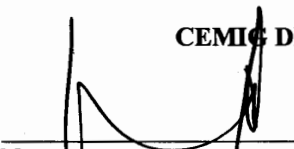
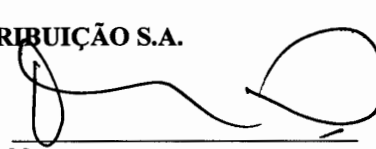
Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.5. Foro

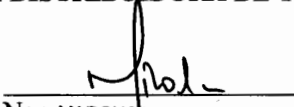
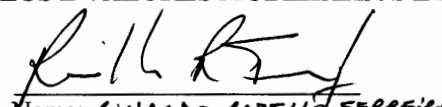
Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2006.

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	
	
Nome: _____	Nome: Flávio Decat de Moura
Cargo: Djalma Bastos de Moraes	Cargo: Diretor de Finanças, Participações e de Relações com Investidores
Diretor Presidente	


PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


	
Nome: MARCUS VENICIUS B. DA ROCHA	Nome: LINALDO RABELO FERREIRA
Cargo: Sócio-Administrador	Cargo: PROCURADOR



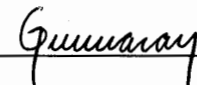
[Esta página é parte integrante da "Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfica da CEMIG Distribuição S.A." firmada em 24 de agosto de 2006.]

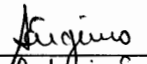
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG

Nome: 
Cargo: **Djalma Bastos de Moraes**
Diretor Presidente

Nome: 
Cargo: **Flávio Decat de Moura**
Diretor de Finanças, Participações
e de Relações com Investidores

Testemunhas:

Nome: 
CPF: **Paulo Eduardo Pereira Guimarães**
CPF: 538.751.268-68

Nome: 
CPF: 312.588.586-53

